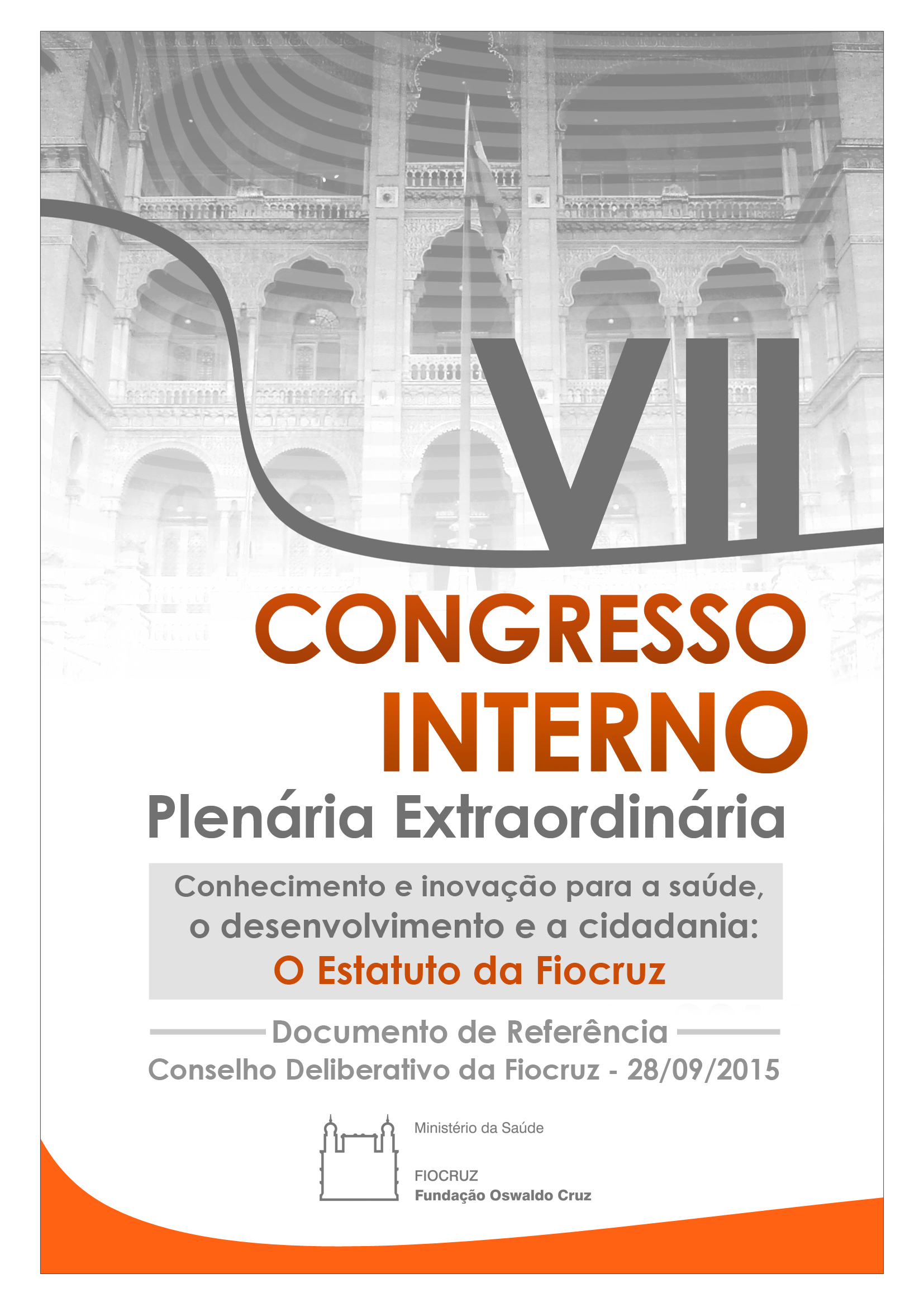
****

**ESTRUTURA DO DOCUMENTO**

|  |  |
| --- | --- |
| **1 – INTRODUÇÃO** (O VII CI – plenária extraordinária; Conteúdo Congressual Deliberativo) | 03 |
| **2 – CONTEÚDO DELIBERATIVO DA PLENÁRIA** | 08 |
| **3 – EVOLUÇÃO DA GOVERNANÇA FIOCRUZ** | 11 |
| **4 - OS CONDICIONANTES POLÍTICOS, DE C&T E LEGAIS-REGULATÓRIOS - AVANÇOS DE C&T E A NECESSIDADE DE ATUALIZAÇÃO INSTITUCIONAL** | 15 |
| **5 – DIRETRIZES PARA APRIMORAMENTO DO SISTEMA DE GOVERNANÇA** | 19 |
| **6 – ESTATUTO FIOCRUZ** | 20 |
| **7 - MODELOS PARA DEFINIÇÃO/AJUSTES DE COMPETÊNCIAS POR ÓRGÃO** | 46 |
| **8 - PENDÊNCIAS DO VI CONGRESSO INTERNO** | 47 |

**1. INTRODUÇÃO**

Este documento tem o propósito de abrir formalmente os debates para a Plenária Extraordinária do VII Congresso Interno da Fiocruz. Convocada quando da realização do VII Congresso (junho de 2014), sua plenária está agendada para o período de 16 a 19 de novembro de 2015.

Naquele momento, os pontos então propostos que tratavam de aspectos pontuais sobre ajustes no Estatuto da Fiocruz foram suprimidos da referida plenária, sendo os mesmos remetidos à Plenária específica e exclusiva onde serão tratados os seguintes temas: a) **Estatuto da Fiocruz** (estrutura e governança) e b) **pendências do VI Congresso**.

A proposição geral de apreciar, propor e aprovar mudanças no Estatuto deve guardar natural alinhamento ao Planejamento de Longo Prazo da instituição, incluindo sua Missão e Visão, como às diretrizes e objetivos estratégicos apontados no próprio VII Congresso. Dessa forma, a estrutura deve adequar-se à política, à estratégia e aos objetivos formulados institucionalmente. Igualmente, a apreciação estatutária deve ser realizada em consonância com elementos externos de contexto, sobretudo legais, de modo que as proposições de alteração estatutária possam expressar a devida modernização institucional frente as possibilidades dadas por tais condicionantes, a destacar nesse campo as recentes mudanças constitucionais (PEC da C&T), bem como outras iniciativas em curso ou concluídas que permitam e estimulem maior dinamismo para as organizações de C&T como a Fiocruz, tais como o PL 2177.

Nessa dimensão, o objetivo é assumir que a modernização estatutária da Fiocruz deva ser capaz de atualizar a instituição para os novos desafios, tanto propostos internamente, quanto aos novos marcos legais e políticos de Estado.

Essa plenária extraordinária realiza-se em conjuntura caracterizada por importantes desafios econômicos, sociais e políticos. E nesse sentido, o desenvolvimento da nação vem demandando das suas instituições públicas sustentabilidade e inovação, como também mais inclusão social com acesso igualitário a oportunidades e direitos, exigindo dessa forma um aperfeiçoamento da governança pública ou de Estado e da governança corporativa ou de suas instituições. Esse processo, sobretudo na atual conjuntura, impõe forte determinação e ação na direção de mais democracia e fortalecimento do Estado e de suas instituições. A Fiocruz assume esse desafio em contribuição a um Estado mais democrático, mais forte e mais responsivo e aderente aos principais desafios da nação e da sociedade brasileira, reforçando sua grande marca de instituição estatal e estratégica de Estado, com destaque para seu papel nos campos da ciência, tecnologia e inovação em saúde.

Esse alinhamento sugere refletir sobre as configurações e políticas institucionais da Fiocruz, visando transformar as tomadas de decisão técnico-políticas em soluções legítimas, integradas, co-criativas[[1]](#footnote-1) e sustentáveis para os problemas de C&T&I em Saúde. Assim, enquanto “instituição estratégica de saúde para o Estado” a Fiocruz se compromete com a sociedade, de acordo com a sua missão, visão e valores, a se reinventar/reconfigurar a cada instante sem negligenciar sua origem de “partícipe da construção de nação e de instituição diferenciada no campo da ciência, tecnologia e inovação em saúde”.

O principal propósito é, portanto, estabelecer debate e decidir sobre como a organização deve se reestruturar estatutariamente visando atender de forma diferenciada às novas demandas do SUS, promovendo mais eficiência e eficácia nos resultados alcançados, alinhado às principais necessidades sociais.

Nesse processo, assume-se que a estrutura de governança define a quem a organização deve atender e como os propósitos e as prioridades da organização devem ser decididos, o que significa dizer que, relaciona-se à forma como a organização deve funcionar e à distribuição de poder entre os atores, sendo configurado por meio de uma cadeia de elos de governança. Assim, a governança institucional efetiva requer definição de responsabilidades e compreensão dos relacionamentos entre as partes interessadas da organização e aqueles responsáveis por administrar seus recursos e produzir seus resultados.

A responsabilidade final pelo sucesso ou não da estratégia e seus resultados, tanto internos e, sobretudo os externos, estão nos órgãos de governança, em função de sua capacidade de tomada de decisões técnico-políticas. Para tanto, é parte da governança produzir e gerir políticas e diretrizes, operar articulações necessárias, e efetuar monitoramento e implementação com efetividade. Assim, a governança em todos os seus níveis deve se ocupar com a forma como a estratégia é gerenciada na organização.

A governança institucional enquanto estrutura do processo decisório possui dinâmica indissociada da gestão estratégica, e, portanto, requer análise de dimensões como performance, sustentabilidade, análise de parcerias externas e inovação, estando guiada e fortemente alinhada aos mapas estratégicos e seus projetos, conforme estabelecidos na plenária original do VII Congresso Interno.

O debate da governança, seja ela pública lato sensu ou institucional, remete ao papel do Estado, seu tamanho, forma de atuação e configuração para cumprir os seus desígnios. As propostas via de regra são condicionadas por modelos econômicos, sócio-políticos, ambientais, legais-regulatórios e tecnológicos. O objetivo é aumentar a efetividade organizacional, do Estado e da sociedade, ampliando a transparência, a prestação de contas, a responsabilização, a participação/representação/pluralidade social, a responsividade[[2]](#footnote-2), a sustentabilidade e o desempenho.

Desde o decreto 4725/2003[[3]](#footnote-3) que oficializou a estrutura de governança da Fiocruz, a instituição vem debatendo e transformando a sua configuração de governança em decorrência da evolução do SUS e da conjuntura de C&T&I em saúde, fenômeno presente na grande maioria das instituições públicas circunscritas por ambientes externos de dinâmicas e complexidades relevantes. Pode-se mencionar exemplos institucionais de modificação dessa estrutura como a criação do Instituto Carlos Chagas (ICC), alteração de nomes de unidades com a substituição da expressão centro de pesquisa por instituto (ex. Instituto René Rachou - IRR), a criação dos institutos nacionais (Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas - INI e o Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira - IFF), oficialização do Escritório Fiocruz África, os novos escritórios regionais, a criação da Coordenação da Gestão Tecnológica (Gestec) presente no regimento interno e ausente no estatuto, o crescimento e consolidação do Canal Saúde, a implantação da Coordenação Geral de Tecnologia da Informação (CGTI), o processo de constituição da Companhia Brasileira de Biotecnologia em Saúde – Bio-Manguinhos, a implantação do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde (CDTS), assim como várias outras transformações organizacionais em curso na instituição.

Igualmente, novas relações de caráter externo como por exemplo as Parcerias de Desenvolvimento Produtivo – PDPs[[4]](#footnote-4) e novos arranjos institucionais que surgem via parcerias com outras instituições nacionais (como uma possível Unidade Virtual Embrappi[[5]](#footnote-5)) e internacionais com caráter diferenciado, como por exemplo, a parceria Pasteur-Fiocruz-USP[[6]](#footnote-6).

Todos esses exemplos de evolução da governança institucional foram objeto de debate de Congressos anteriores e/ou do CD Fiocruz, mas carecem não apenas de atualização, como também de oficialização frente ao Estado e Sociedade. Essa atualização estatutária, que se realiza 12 anos após o decreto 4725/2003 deverá simbolizar não somente uma atualização do estatuto, mas sobretudo uma projeção da governança da Fiocruz, o que nos obrigará a conceber uma estrutura de governança estatutária com elevado potencial prospectivo e baixo potencial de obsolescência.

Para a melhor contextualização do debate sobre o Estatuto da Fiocruz, importante compreender um pouco da construção histórica que estabelece sua atual estrutura, bem como alguns importantes condicionantes externos, em especial aqueles de caráter político-institucional e legal, que tendem a exercer mais peso na configuração e desempenho das instituições de ciência e tecnologia.

Nesse campo elege-se um dos principais debates em curso no país no setor, a construção do novo marco legal para a C&T&I, hoje materializado no PLC 77/2015[[7]](#footnote-7) (antigo PL 2177), já aprovado na Câmara dos Deputados e em tramitação no Senado Federal. O mesmo guarda ainda forte relação com recente (fevereiro/2015) Emenda Constitucional[[8]](#footnote-8) promulgada e que define diretrizes no campo da C&T&I. Este processo, com intensa participação das instituições científicas e tecnológicas, com forte presença da Fiocruz, tem posto luz nos desafios e em possíveis novas configurações institucionais e legais, de modo a aprimorar o campo da ciência, do desenvolvimento tecnológico e da inovação no país.

Finalmente, natural que a atualização da Estrutura institucional tenha alinhamento com as grandes diretrizes programáticas aprovadas no próprio VII Congresso Interno, especialmente em seu horizonte de longo prazo.

Portanto, a construção histórica da Fiocruz, sua institucionalização no pós-período autoritário (últimos 30 anos), os desafios mais atuais do marco legal-institucional da C&T&I no país e as grandes referências estratégicas para a Fundação nos próximos anos devem condicionar esse debate sobre a nova Estrutura a ser proposta, que será enriquecida com inúmeras outras contribuições, fruto da interação no interior de cada Unidade e dos seminários no processo congressual.

As proposições estratégicas e de longo prazo da instituição são um importante condicionamento para a atualização estatutária. O VII Congresso, no conjunto de suas diretrizes traçou objetivos que foram sintetizados em seus mapas estratégicos. Para efeito de referência, transcreve-se exclusivamente o **Mapa Estratégico da Fiocruz**, suficiente para valorizar o desafio de alinhamento entre estrutura e projeto, elementos que compõem a governança institucional.



**2 - CONTEÚDO DELIBERATIVO DA PLENÁRIA**

Os temas objeto da efetiva deliberação congressual são agrupados em três subdimensões que naturalmente se relacionam e se complementam, aqui separados apenas para efeito organizativo.

Uma primeira mais estrita ao tema Estrutura, aqui compreendida enquanto os organismos/unidades componentes da Instituição. A especificação destes, no âmbito estatutário, tomando a atual lógica do estatuto Fiocruz, é restrita à sua designação e respectivas competências, sem entrar nos detalhes de estruturas específicas internas de cada unidade.

Para a discussão sobre a Estrutura, as proposições são divididas entre os seguintes tipos:

* incorporar as proposições já aprovadas em congressos anteriores, tais como Instituto Carlos Chagas (ICC), Institutos[[9]](#footnote-9), Companhia Brasileira de Biotecnologia em Saúde – Bio-Manguinhos, entre outros;
* apreciar e deliberar sobre instâncias/organismos reais (implementados na prática) e não apreciados em congressos anteriores, tais como Centro de Relações Internacionais em Saúde (Cris), Coordenadoria de Cooperação Social (CCS) , Editora Fiocruz, Canal Saúde, Coordenação Geral de Tecnologia da Informação (CGTI), Escritórios regionais, entre outros;
* novos organismos/estruturas a serem criados; neste caso estariam incluídas as proposições de novos formatos organizativos internos e/ou externos, tais como constituição de plataformas/associações em cooperação internacional ou nacional com outras instituições;
* para o caso de novas unidades técnico-científicas, propõe-se que estas não sejam apreciadas nessa plenária extraordinária, devendo ser encaminhadas em plenária ordinária;

Para todos os organismos estatutários, propõe-se que o Congresso aprecie única e exclusivamente as respectivas competências a constarem do Estatuto. Os respectivos detalhamentos de estruturas internas e demais competências devem ser remetidos às unidades, para constarem de regimentos, que posteriormente devem ser chancelados e aprovados no CD da Fiocruz. A Plenária deve, no entanto, estabelecer critérios e referenciais para tal processo. Ao final do item Estatuto, há proposição sobre como cada Unidade deverá formalizar suas respectivas competências e a atualização dos seus regimentos para o período pós-congresso.

Um segundo campo das deliberações refere-se à Governança estatutária. Compreende-se, para efeito dessa discussão no Congresso, as regras relativas a nomeações de dirigentes; constituição e competências de órgãos colegiados em geral; outros instrumentos relativos à gestão da instituição, como definição estatutária de novos instrumentos, tais como contratualização/contrato de gestão[[10]](#footnote-10), dentre outros. Igualmente, nesse campo, devem ser tratadas e reforçadas as condições e procedimentos voltados à prestação de contas e responsabilização de seus dirigentes e servidores, à maior transparência e ao controle social.

O terceiro campo de deliberações remete a um conjunto de diretrizes para o aprimoramento do sistema de governança da Fiocruz. Neste campo encontram-se diretrizes e propostas voltados para a melhoria dos mecanismos e processos institucionais que alinham os papéis e as responsabilidades dos gestores e trabalhadores com os relacionamentos internos e externos da organização para produzir resultados estratégicos, mensuráveis e responsáveis. Remete, portanto, às regras, responsabilidades, processos e práticas onde a autoridade é implementada para garantir responsabilização, capacidade de resposta e transparência das decisões.

De modo associado, enquanto declaração institucional e compromisso congressual, a instituição deve assumir atos que criem um código de ética dos servidores da instituição e um código de conduta para a alta direção, tornando mais específicos aspectos hoje ainda gerais, quando se toma por referência o Código de Ética do Servidor Público[[11]](#footnote-11), dadas inúmeras características singulares da Fiocruz, além do efetivo compromisso institucional perante à sociedade e ao Estado.

Finalmente, por deliberação de congressos anteriores, há temas pendentes e não deliberados oriundos do VI Congresso. Sobre esses, assume-se que muitos deles simplesmente foram superados, por diversas razões, sobretudo por terem sido tratados de outro modo no VII Congresso ou porque serão objeto própria desta plenária extraordinária. De qualquer modo, quanto a estes, a Comissão Organizadora ainda deverá realizar balanço, visando filtrar e separar eventuais temas que sigam pertinentes e ainda pendentes para apreciação nesta plenária.

**3. EVOLUÇÃO DA GOVERNANÇA FIOCRUZ**

A governança atual da Fiocruz é fruto de sua construção histórica e marcadamente dos seus últimos 30 anos, com destaque para as conquistas logradas no pós-ditadura e em todo o processo continuado de consolidação democrática do país. Seu estatuto atual, assinado pelo Presidente Lula, data legalmente de 2003, muito embora suas bases em 1988, quando o I Congresso Interno tratou enfaticamente dos principais elementos constitutivos da atual governança. Neste Congresso foram formuladas as principais instâncias estatutárias, como o próprio Congresso Interno, a configuração do Conselho Deliberativo e os processos de escolhas dos dirigentes institucionais. Nos anos que se seguiram, respeitados os princípios definidos nesse Congresso, as unidades internas foram configuradas, acrescendo-se as novas, que foram sendo criadas, àquelas já existentes há décadas.

Essa história remonta, no entanto, à própria criação da Fiocruz em 1900 e traz consigo todo um legado que permite a configuração da instituição singular que hoje existe. Com Oswaldo Cruz, a constituição do modelo inspirado no Instituto Pasteur, articulando pesquisa básica, aplicada, produção e formação e serviços, ao mesmo tempo zelando pela maior autonomia administrativa e financeira. Este modelo que tanto mobilizou Oswaldo Cruz e seus discípulos permitiu que as primeiras décadas fossem de enorme sucesso e reconhecimento, naturalmente alicerçados em efetivas conquistas científicas e entregas à sociedade. Seu primeiro estatuto foi conquista da força e reconhecimento de Oswaldo Cruz junto ao governo no ano de 1908, quando a Fiocruz é posta em igualdade hierárquica com a Diretoria de Saúde Pública, então dirigida pelo próprio Oswaldo Cruz, junto ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Este estatuto possibilitou autonomia e melhores condições para o desenvolvimento nos anos seguintes, sobretudo com a capacidade de arrecadação direta por sua produção e serviços ofertados, fundamentais para o financiamento das pesquisas.

Esse período de mais autonomia, forte expansão e diversificação, foi sempre acompanhado de conquistas científicas e respostas efetivas à sociedade. A articulação entre ciência, tecnologia, desenvolvimento econômico e problemas nacionais consolida-se, gerando viabilidade política e econômica para a instituição.

Medidas do regime Vargas na pós-revolução de 1930 retiram do Instituto Oswaldo Cruz sua autonomia financeira e quadros profissionais de relevo. É proibida a arrecadação direta de recursos, aí incluídas as verbas provenientes da venda da vacina contra a manqueira.

Durante o período que se segue, a instituição não logra grandes feitos. A criação do CNPq em 1951 gerou mobilizações internas de pesquisadores pela possível transferência do Instituto Oswaldo Cruz (IOC) para esta pasta, dado que a relação com a área da saúde não mais induzia o relacionamento entre pesquisa e enfrentamento de problemas sanitários. No entanto, o governo não altera a vinculação. O próximo momento, já na ditadura, é mesmo de perda mais expressiva da autonomia, transformando-se em intervenção clara, fortes restrições e com a marca do conhecido Massacre de Manguinhos, quando vários pesquisadores de renome são cassados.

Ainda na ditadura ocorre a efetiva criação da atual Fiocruz. Criada em 1970[[12]](#footnote-12), a Fundação Instituto Oswaldo Cruz englobou vários institutos, entre eles a Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP) (Adit. IRR), rebatizada com o nome de Instituto Presidente Castelo Branco; o Instituto Nacional de Endemias Rurais[[13]](#footnote-13); o Serviço de Produtos Profiláticos[[14]](#footnote-14); o Instituto Fernandes Figueira; o Instituto Evandro Chagas[[15]](#footnote-15) e o Instituto de Leprologia[[16]](#footnote-16).

Seu modelo de gestão não possibilitou qualquer autonomia, apesar do estatuto de fundação de direito privado. Seus recursos eram centralizados no Fundo Nacional de Saúde, bem como seu conselho de administração nomeado pelo governo da ditadura. Seus novos institutos não formam qualquer unidade, sendo mais um “amontoado institucional”.

Em 1974, finalmente, a Fiocruz recupera o poder de administrar seus recursos, incluindo os de produção própria, ao mesmo tempo que novas ações desenvolvimentistas do governo e sobretudo, uma importante epidemia de meningite colocam a Fiocruz no cenário político e sanitário, convocada a enfrentar um sério problema. Nesse cenário e com novas perspectivas, inicia-se uma fase de integração institucional, retomada de importância na produção de insumos, criação do Instituto nacional de Qualidade em Saúde (INCQS), juntamente com a manutenção da autonomia administrativa e financeira, o que impôs mais racionalidade e estruturas gerenciais a altura. Registre-se que esse processo de fortalecimento institucional caminhou com grande centralização de poder decisório no âmbito da Presidência, baixa autonomia das unidades e ausência de mecanismos colegiados sequer consultivos internos.

Com a redemocratização do país que também é conquista de novas possibilidades institucionais, no âmbito do antigo estatuto de 1970, a comunidade interna expressa força e juntamente com setores progressistas do meio científico e da saúde pública, conseguem, em 1985, a nomeação de um pesquisador da casa para a Presidência, Sergio Arouca.

Essa nova gestão age para a retomada do papel nacional da Fiocruz, colocando-a no centro do cenário político, científico e sanitário, de algum modo retomando os princípios e práticas de Oswaldo Cruz, Carlos Chagas e seus principais quadros históricos. Vivem-se anos de reconfiguração e atualização de seu projeto institucional, articulando um sentido de integração institucional às dimensões de estratégia científica, de desenvolvimento tecnológico, de produção de insumos e serviços, de formação. As ideias e projetos rapidamente geram alinhamentos da governança, com a constituição do coletivo de dirigentes das unidades como órgão efetivo de apoio à Presidência, com o novo papel para a representação dos trabalhadores, com a primeira eleição para a Asfoc. E finalmente, com a convocação do I Congresso Interno em 1988. Congresso reconhecido como “estatuinte”, responsável por instituir tanto estratégias de desenvolvimento institucional, em processo de planejamento participativo, com delegados eleitos na base em todas as unidades, quanto por formular e implantar na prática, independente de legalidade estatutária, um novo modelo de gestão.

Este modelo de congresso, sobretudo sua composição, tiveram por base uma lógica representativa do conjunto das unidades e seus trabalhadores, considerando quantitativos mínimos e máximos por unidade, de modo a valorizar simultaneamente a singularidade da unidade, mesmo que pequena em termos de servidores e também impedindo supervalorizar unidades de maior porte, mas sempre em lógicas representativas (através de delegados eleitos) de cada conjunto de trabalhadores. Objetivo maior no sentido corporativo do conjunto da instituição. A partir de então, começa a operar o Conselho Deliberativo, que substitui o então conselho técnico-administrativo, incluindo a presença da Asfoc. As novas direções de unidades, até então nomeadas diretamente pelo Presidente, passam a ser eleitas em listas tríplices, assim como para Presidente. O voto universal é igualmente sancionado, de modo distinto dos modelos praticados nas universidades, dado as nítidas distinções entre essas e a Fiocruz.

A centralização do período anterior cede lugar para a direção integrada e compartilhada, com repercussões em todos os campos administrativos da gestão.

Mais uma vez é mudado o regime legal da Fiocruz em 1988, com a nova Constituição, retirando parte de sua autonomia administrativa, sendo esta transformada em fundação de direito público, juntamente com o advento do Regime Jurídico Único para seus servidores.

Esse modelo é interrompido em parte no governo Collor, quando a lista tríplice eleita por todos os servidores não tem seus nomes respeitados. O Presidente Collor, não aceitou o princípio de eleições em instituições públicas e a ausência de estatuto legal, ainda que formulado no I Congresso Interno, impediu que a lista fosse considerada. O processo restringiu-se apenas das interações políticas, prevalecendo a fora da lista. Ainda vigia o estatuto do período da ditadura.

Com a queda de Collor reconquista-se o direito político, ainda não legal, para indicação do Presidente, quando Carlos Morel, nome presente na lista tríplice é nomeado Presidente.

Novo debate sobre o formato e integralidade da Fiocruz volta a ocorrer no governo FHC, baseado no modelo do então Ministro da reforma do Estado, Bresser Pereira, quando alternativas de desintegração da Fiocruz são propostas. Em resposta clara, o III Congresso Interno, em 1998 formula a proposta de Agência Executiva de Estado[[17]](#footnote-17), como modelo para a Fiocruz, que não prospera politicamente, mas que ao menos possibilita que o governo também não altere a configuração institucional nos moldes bresserianos.

Finalmente, apenas no Governo Lula, em 2003, a proposta original, formulada internamente, consolida-se legalmente como novo Estatuto da Fiocruz, consagrando o modelo hoje em vigência legal.

Neste intervalo de 12 anos, o modelo segue em consolidação, ao mesmo tempo em que a realidade impõe novas práticas, legítimas institucionalmente, consagradas nas diversas unidades, em suas instâncias de deliberação, bem como na Presidência, nos congressos e no Conselho Deliberativo, alterando e aperfeiçoando continuadamente a configuração e as práticas institucionais.

A proposta de atualização estatutária naturalmente é contextualizada por esse legado de conquistas e também de revezes que não podem ser esquecidos, de modo que as próximas proposições tragam consigo todo o aprendizado, bem como a capacidade de prospecção para um novo período, consoante com a estratégia institucional, reforçadas as bases do modelo democrático, participativo e de integração institucional, nossas principais fortalezas.

**4. OS CONDICIONANTES POLÍTICOS, DE C&T&I E LEGAIS - REGULATÓRIOS**

O ambiente externo, mais especificamente os condicionantes políticos e regulatórios em C&T&I ainda se encontram com travas importantes para o pleno desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação no país. Apesar de significativos avanços políticos e legais, em especial com o Projeto de Lei nº 200/2015[[18]](#footnote-18) que trata de estudos clínicos, o PL 5402/2013[[19]](#footnote-19) que trata da concessão de patentes para produtos e processos farmacêuticos, a lei da Biodiversidade[[20]](#footnote-20), a Lei de Incentivo a Inovação (2004) e a Lei do Bem[[21]](#footnote-21) (2005), esta última mais focada no setor privado, são muitas as amarras ao setor público, em especial para as ICTs e IFES, limitando a maior agilidade e contribuição ao processo de inovação no país.

Barreiras administrativas, de diversas ordens, não tratam diferentemente as práticas voltadas à pesquisa e inovação daquelas mais típicas das rotinas administrativas de caráter burocrático. Seja na gestão das pessoas, no relacionamento com entes privados, lucrativos ou não, nas compras públicas, incluindo importações, nos relacionamentos internacionais para a pesquisa, etc., a administração pública tem submetido as ICTs a regimes conservadores e pouco dinâmicos para a prática da inovação, pondo rígidos limites a modelos criativos e co-criativos (parcerias externas, nacionais e internacionais).

Ao mesmo tempo, várias novas práticas e incentivos são estimulados, desafiando as ICTs. Exemplo de grande significado são as PDPs produtivas e de desenvolvimento, que forçosamente envolvem parcerias com entes privados, nacionais e internacionais. Modelos mais recentes articulam as ICTs, com empresas privadas e fundações de apoio, como as unidades virtuais Embrapii.

Méritos para as novidades, mas também riscos e limitados instrumentos para os verdadeiros desafios de inovação, que exigem velocidade, competitividade nacional e internacional, juntamente de formatações e práticas administrativas novas.

Recentemente, todo esse debate convergiu para a constituição de novo marco regulatório novo, voltado explicitamente para a C&T&I, inicialmente chamado de Novo Código de C&T&I, mas que evolui na forma de PL, no Congresso Nacional. Após esforço nos três últimos anos, este PL foi aprovado na Câmara, juntamente com Emenda Constitucional de C&T, estando no momento o PLC 77/2015, em início de apreciação no Senado, para posterior sanção presidencial.

Este PLC, com significativa participação das principais Instituições de Ciência e Tecnologia (ICTs) do país, órgãos de representação como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), academias científicas, instituições de fomento do executivo federal e das Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs), apresenta avanços e muito seguramente condiciona novas estruturas e propicia novos desempenhos às instituições públicas e privadas voltadas à inovação no país. A Fiocruz, através da Presidência, esteve bastante envolvida neste processo, tendo sido das instituições que mais contribuiu com este PL.

Alguns destaques nesse PLC possibilitam novas estruturas e novos processos. O projeto aperfeiçoa vários dispositivos em diversas leis e, sobretudo na Lei de Incentivo a Inovação, que passaria a ter diversos novos dispositivos, entre eles: indução a maiores relacionamentos público- público, público-privado e privado-privado, papel mais diferenciado a ICTs, incluindo indução a constituição de polos tecnológicos e centros tecnológicos, inclusive distribuídos regionalmente, com o propósito de redução de desigualdades. No campo administrativo específico, induz e favorece a simplificação de procedimentos para a gestão de projetos de ciência, tecnologia e inovação e a adoção de controle por resultados em sua avaliação. Igualmente destaca a utilização do poder de compra do Estado para fomento à inovação.

Em relação a estruturas de gestão da inovação, considera-se a alternativa de Núcleos de Inovação tecnológica (NITs) com personalidade jurídica própria, propiciando maior agilidade e flexibilidade, incluindo possível configuração deste no âmbito de fundações de apoio. No campo das parcerias e alianças estratégicas para o desenvolvimento e a inovação, faculta a criação, a implantação e a consolidação de ambientes promotores da inovação, incluídos parques e polos tecnológicos e incubadoras de empresas, como forma de incentivar o desenvolvimento. A União e demais entes federativos e suas entidades poderão ser autorizados a participar minoritariamente do capital social de empresas, com o propósito de desenvolver produtos ou processos inovadores que estejam de acordo com as diretrizes e prioridades definidas nas políticas de ciência, tecnologia e inovação e de desenvolvimento industrial de cada esfera de governo.

No campo da gestão orçamentária e financeira, com a aprovação dessa lei, estaria superado o conflito ainda presente com os órgãos de controle, permitindo-se que a captação, gestão e aplicação das receitas próprias da ICT pública, poderão ser delegadas a fundação de apoio, quando previstas em contrato ou convênio., devendo ser aplicadas exclusivamente em objetivos institucionais de pesquisa, desenvolvimento e inovação, incluindo a carteira de projetos institucionais e a gestão da política de inovação. Ainda visando ampliar a autonomia de gestão administrativa, econômica e financeira, para o caso de ICTs como a Fiocruz, que possuem atividades de produção e serviços, poderão ser firmados contratos de gestão com a administração pública.

O Projeto de Lei trata ainda de acrescentar dispositivos na Lei 8666 – Compras e Contratos, incluindo novas condições de dispensa de licitação, quando de insumos e mesmo obras relacionadas a pesquisas, desenvolvimento tecnológico e inovação em ICTs. Propõe ainda, que o processo de importação e o de desembaraço aduaneiro de bens, insumos, reagentes, peças e componentes a serem utilizados em pesquisa científica e tecnológica ou em projetos de inovação tenham tratamento prioritário e observem procedimentos simplificados. Essa condição é acompanhada ainda de muitos tipos de isenção de impostos.

Visando maior agilidade em parcerias internacionais, é considerado e facultado a internacionalização das ICTs públicas, que poderão exercer fora do território nacional atividades relacionadas com ciência, tecnologia e inovação, respeitados os estatutos sociais, ou norma regimental equivalente, das instituições.

Com a leitura atenta do PLC em tramitação, é possível observar diversos elementos de estrutura e de processo a serem considerados no momento em que se propõe a atualização do Estatuto da Fiocruz. O mesmo pode e deve considerar flexibilidades e alternativas para o melhor desempenho da Fiocruz. O processo em curso (do PLC) trará inclusive a exigência de regulamentações à posteriori, mas desde já podem e devem ser observadas inovações a constar no novo Estatuto.

A despeito da atualização de competências de todas as suas instâncias e unidades, novos formatos devem ser considerados, como por exemplo, a faculdade para estruturas novas - sejam regionais nacionais ou internacionais - em parceria ou não - nos termos das induções e possibilidades dadas no PLC. Nesse caso não se está falando de novas Unidades Técnico-Científicas, o que requer aprovação em congressos internos, mas de estruturas de caráter mais adocrático[[22]](#footnote-22), temporárias ou não, e facilitadoras/indutoras a processos de interesse corporativo mais geral, como por exemplo, a constituição de escritórios regionais e mesmo internacionais. Observando a proposta de Estatuto a seguir, algumas novas proposições cumprem esse propósito, bem como suas adequadas vinculações e formas de institucionalização.

**5. DIRETRIZES PARA APRIMORAMENTO DO SISTEMA DE GOVERNANÇA**

As diretrizes a seguir são de caráter não estatutário e devem constituir um alicerce para o aprimoramento da governança institucional.

**Participação / democracia deliberativa**

**Diretriz**: A Fiocruz deve aprofundar os processos participativos de decisão institucional para temas de caráter transversal, ampliando o envolvimento da comunidade nos processos de formulação e desenho de políticas internas de interesse coletivo, fazendo ouvir a diversidade de opiniões existentes na comunidade de forma institucionalizada, prévia à tomada de decisões.

**Valores e ética**

**Diretriz**: a Fiocruz deve desenvolver mecanismos de permanente difusão dos seus valores organizacionais e da defesa da ética, fazendo com que as posições e condutas dos grupos e indivíduos no interior da organização sejam permeados por estes valores e por um profundo compromisso ético com o bem público.

**Transparência externa e interna**

**Diretriz:** a Fiocruz deve valorizar o conceito de transparência pública, atuando de maneira aberta tanto internamente quanto para a sociedade, de forma a dar à sua comunidade e à sociedade a máxima possibilidade de acesso às informações de caráter público. Tal conduta aproxima os cidadãos da instituição e torna-se um mecanismo de aprendizado contínuo, além de favorecer o monitoramento, pela sociedade e pelos trabalhadores, dos atos e fatos públicos de seu interesse.

**Prestação de contas**

**Diretriz:** a Fiocruz deve fortalecer seus mecanismos de prestação de contas da gestão de bens e interesses da coletividade, pois este é um dever indeclinável de todo administrador público (agente politico ou servidor) e não se refere especificamente à gestão financeira, mas a todos os atos do governo e da administração.

**Integridade**

**Diretriz:** a Fiocruz deve zelar pela instituição de procedimentos corretos e perfeitos, com base na honestidade, objetividade, normas de propriedade, probidade na administração de fundos e recursos públicos e na sua missão.

**Sistemas de gestão global do risco, conformidade e garantia**

**Diretriz**: aprimorar o sistema de controle institucional com o fortalecimento da Auditoria, proporcionando aos gestores maior segurança na tomada de decisão, visando salvaguardar os recursos públicos a partir de uma melhor capacidade de controle, avaliação e monitoramento do desempenho da gestão, incluindo a gestão de risco institucional.

**6. ESTATUTO FIOCRUZ**

A seguir é apresentado o texto a ser apreciado na Plenária. O mesmo encontra-se com o texto original e o registro em destaque das novas proposições/alterações. Os textos relativos às competências das Unidades não foram alterados incialmente (mantendo-se o disposto no Estatuto conforme Decreto 4725/2003), devendo estes serem confirmados ou reformulados pela respectiva Unidade, para em seguida serem adicionados à nova versão dessa proposta. Nesse caso e para buscar uma uniformização quanto a essas formulações, deve ser considerado o modelo formulado adiante (após texto do Estatuto). Todos as proposições encaminhadas nesses termos serão consideradas preliminarmente na Comissão Organizadora da Plenária, exclusivamente do ponto de vista de forma, para sua inclusão à nova proposta.

**CAPÍTULO I**

**DA NATUREZA, SEDE E FINALIDADE**

(Observação: as alterações/propostas para a Plenária, em relação ao texto original do Estatuto encontram-se sublinhadas ao longo)

**Art. 1~~º~~** A Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ, criada pelo Decreto n~~º~~ 66.624, de 22 de maio de 1970, dotada de personalidade jurídica de direito público, vinculada ao Ministério da Saúde, com sede na cidade do Rio de Janeiro, com prazo de duração indeterminado, tem por finalidade desenvolver atividades no campo da saúde, da educação e do desenvolvimento científico e tecnológico, devendo, em especial:

I - participar da formulação e da execução da Política Nacional de Saúde, da Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação e da Política Nacional de Educação, as duas últimas em consonância com a área da saúde;

II - promover e realizar pesquisas básicas e aplicadas para as finalidades a que se refere o **caput**, assim como propor critérios e mecanismos para o desenvolvimento das atividades de pesquisa para a saúde;

III - formar e capacitar recursos humanos para a saúde e ciência e tecnologia;

IV - desenvolver tecnologias de produção, produtos e processos e outras tecnologias de interesse para a saúde;

V - desenvolver atividades de referência para a vigilância e o controle da qualidade em saúde;

VI - fabricar produtos biológicos, profiláticos, medicamentos, fármacos e outros produtos de interesse para a saúde;

VIl - desenvolver atividades assistenciais de referência, em apoio ao Sistema Único de Saúde, ao desenvolvimento científico e tecnológico e aos projetos de pesquisa;

VIII - desenvolver atividades de produção, captação e armazenamento, análise e difusão da informação para a Saúde, Ciência e Tecnologia;

IX - desenvolver atividades de prestação de serviços e cooperação técnica no campo da saúde, ciência e tecnologia;

X - preservar, valorizar e divulgar o patrimônio histórico, cultural e científico da FIOCRUZ e contribuir para a preservação da memória da saúde e das ciências biomédicas; e

XI - promover atividades de pesquisa, ensino, desenvolvimento tecnológico e cooperação técnica voltada para preservação do meio ambiente e da biodiversidade.

**Art. 2~~º~~** Para a consecução de sua finalidade, a FIOCRUZ poderá:

I - celebrar convênios, contratos, acordos e ajustes com entidades nacionais, estrangeiras e internacionais, públicas, filantrópicas ou privadas;

II - propor a constituição ou a participação em sociedades civis e empresas; e

III - estabelecer relações de parceria com entidades públicas e privadas, desde que evidenciados o interesse e objetivos comuns.

**Art.3o** A União e a Fiocruz poderão firmar Contrato de Gestão, que abrangerá aspectos estratégicos de comum acordo entre as partes, observado a legislação vigente.

**CAPÍTULO II**

**DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

**Art. 4~~º~~** A FIOCRUZ tem a seguinte estrutura organizacional:

I – Presidência

1. Presidente e vice-presidentes.

II - Órgãos colegiados:

1. Conselho Superior;
2. Congresso Interno; e
3. Conselho Deliberativo;

II - Órgãos de assistência direta e imediata ao Presidente:

a) Gabinete;

1. Escritório Fiocruz África;
2. Procuradoria Federal;
3. Ouvidoria;
4. Coordenadoria de Cooperação Social;
5. Coordenadoria de Comunicação Social
6. Centro de Relações Internacionais em Saúde
7. Coordenação da Qualidade Fiocruz

III – Órgãos vinculados à Presidência

1. Diretoria Regional de Brasília;
2. Canal Saúde
3. Editora Fiocruz
4. Coordenação de Gestão Tecnológica
5. Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde
6. Centro de Estudos Estratégicos;

IV – Órgão seccional:

1. Auditoria Interna

V - Unidades técnico-administrativas:

a) Diretoria de Planejamento Estratégico;

b) Diretoria de Administração;

c) Diretoria de Recursos Humanos;

d) Diretoria de Administração do Campus e

e) Diretoria de Tecnologia de Informação

VI - Unidades técnico-científicas:

a) Instituto Oswaldo Cruz;

b) Instituto Aggeu Magalhães;

c) Instituto Gonçalo Moniz;

d) Instituto René Rachou;

e) Instituto Leônidas e Maria Deanne;

f) Casa de Oswaldo Cruz;

g) Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde;

h) Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca;

i) Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio;

j) Instituto de Tecnologia em Fármacos;

k) Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde;

l) Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira;

m) Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas;

n) Instituto Carlos Chagas;

o) Centro de Criação de Animais de Laboratório

VII) Empresa Pública

a) Companhia Brasileira de Biotecnologia em Saúde – Bio-Manguinhos

**CAPÍTULO III**

Companhia Brasileira de Biotecnologia em Saúde – Bio-Manguinhos

**Art. 5o** A Companhia Brasileira de Biotecnologia em Saúde – Bio-Manguinhos, empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, patrimônio próprio, prazo de duração indeterminado, vinculada ao Ministério da Saúde, na forma da Lei xxx de xxx de xxxx, integra a Fiocruz.

Art. Para efeito deste estatuto, a empresa pública Companhia Brasileira de Biotecnologia em Saúde – Bio-Manguinhos integra-se à estrutura organizacional da Fiocruz equiparando-se às demais unidades técnico-cientificas.

Art. Os empregados públicos ativos da empresa pública Companhia Brasileira de Biotecnologia em Saúde – Bio-Manguinhos terão todos os direitos políticos e de participação nos órgãos colegiados garantidos conforme dispuser o regimento interno da Fiocruz.

Art. A empresa pública Companhia Brasileira de Biotecnologia em Saúde – Bio-Manguinhos terá por objeto social a prestação de serviços públicos consistentes na realização de atividades de pesquisa, desenvolvimento tecnológico, inovação, prestação de serviços e produção de produtos biotecnológicos e insumos estratégicos para a saúde.

Art.. Compete à empresa pública Companhia Brasileira de Biotecnologia em Saúde – Bio-Manguinhos:

I – fabricar produtos biotecnológicos e insumos estratégicos para a prevenção, controle, tratamento, prognóstico e diagnóstico de doenças e outros produtos de interesse para a saúde pública, e prestar serviços, em sua área de competência;

II – atuar no campo da capacitação profissional e tecnológica e da pesquisa aplicada a projetos de desenvolvimento tecnológico e inovação (DT&I) em saúde pública, em sua área de competência;

III – desenvolver e aprimorar produtos, processos, plataformas tecnológicas, tecnologias de produção e de controle de qualidade para a produção de vacinas, reativos para diagnóstico, biofármacos, e outros produtos biotecnológicos para a saúde pública, em sua área de competência;

IV – exercer outras atividades inerentes às suas finalidades, de acordo com o previsto em seu estatuto social.

**CAPíTULO IV**

**Da Nomeação**

**Art. 6~~º~~** O Presidente e os Vice-Presidentes serão nomeados pelo Presidente da República, mediante indicação do Ministro de Estado da Saúde, sendo o primeiro escolhido em lista tríplice, indicada pela comunidade de servidores da Fiocruz e empregados públicos da Companhia Brasileira de Biotecnologia em Saúde – Bio-Manguinhos, de acordo com o regimento interno da Fiocruz.

§ 1~~º~~ O mandato do Presidente da Fiocruz será de quatro anos, admitida sua recondução por um período consecutivo, na forma deste Estatuto, em consonância com o § 2~~º~~ do art. 207 da Constituição.

§ 2~~º~~ Os Vice-Presidentes serão indicados pelo Presidente da Fiocruz ao Ministro de Estado da Saúde, após homologação do Conselho Deliberativo.

§ 3~~º~~ O Procurador-Chefe será nomeado por indicação do Advogado-Geral da União.

§ 4~~º~~ A nomeação e a exoneração do Auditor-Chefe serão submetidas, pelo Presidente da Fiocruz, à aprovação da Controladoria-Geral da União.

§ 5~~º~~ Os demais cargos em comissão e funções gratificadas serão indicados de acordo com o regimento interno da Fiocruz e nomeados em consonância com as normas da legislação vigente.

**CAPÍTULO V**

**DA COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS**

**Seção I**

**Dos Órgãos Colegiados**

**Art. 7~~º~~** Ao Conselho Superior, como órgão de controle social e composto por representantes da sociedade civil, compete:

I - apreciar as proposições de desenvolvimento institucional e programações anuais, propostas pelo Conselho Deliberativo, sugerir modificações àquele Conselho e emitir parecer final ao Ministério da Saúde;

II - recomendar a adoção das providências que julgar convenientes, com vistas a adequação das atividades técnicas e científicas da FIOCRUZ para consecução dos seus objetivos;

III - acompanhar a execução dos Planos e Ações estratégicas institucionais e avaliar os resultados, emitindo parecer ao Ministério da Saúde, contemplando eventuais sanções aos dirigentes da FIOCRUZ no caso de descumprimento não justificado das diretrizes políticas e dos objetivos e metas propostas; e

IV - propor o afastamento do Presidente da FIOCRUZ pelo não cumprimento das diretrizes político-institucionais emanadas do Congresso Interno e do Conselho Deliberativo, por insuficiência de desempenho ou falta grave ao Estatuto da FIOCRUZ ou ao Código de Ética do servidor.

Parágrafo único. Os critérios para composição e funcionamento do Conselho Superior serão determinados no regimento interno da FIOCRUZ.

**Art. 8~~º~~** Ao Congresso Interno, órgão máximo de representação da comunidade da FIOCRUZ, compete:

I - deliberar sobre assuntos estratégicos referentes ao macroprojeto institucional da FIOCRUZ;

II - deliberar sobre regimento interno e propostas de alteração do Estatuto da FIOCRUZ; e

III - apreciar matérias que sejam de importância estratégica para os rumos da FIOCRUZ.

Parágrafo único. O Congresso Interno será presidido pelo Presidente da FIOCRUZ e os critérios para sua composição e funcionamento serão determinados no regimento interno da FIOCRUZ.

**Art. 9~~º~~** Ao Conselho Deliberativo, composto pelo Presidente, Vice-presidentes, Chefe de Gabinete, por um representante do Sindicato de Servidores de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública (ASFOC-SN) e pelos dirigentes máximos das unidades técnico-científicas, técnico-administrativas, e pelos auditor-chefe, procurador-chefe e ouvidor referidos no art. 3o deste Decreto, e ainda pelo dirigente da Companhia Brasileira de Biotecnologia em Saúde – Bio-Manguinhos, compete:

I - deliberar sobre:

a) a política de desenvolvimento institucional da FIOCRUZ;

b) a programação de atividades e a proposta orçamentária anual definidas em consonância com os Planos de Longo Prazo e os Planos Quadrienais;

c) a política de pessoal; e

d) a destituição de Diretor de Unidade por descumprimento das diretrizes políticas e operacionais emanadas do Conselho Superior e do próprio Conselho Deliberativo, por insuficiência de desempenho, por falta grave devidamente apurada e comprovada ao projeto institucional, ao regimento interno e ao Estatuto da FIOCRUZ ou ao Código de Ética do Servidor, garantindo-se amplo direito de defesa;

II - aprovar as normas de funcionamento e organização que constam do regimento das unidades da FIOCRUZ;

III - acompanhar e avaliar o desempenho das Unidades Técnico-Científicas, Técnico-Administrativas, Companhia Brasileira de Biotecnologia em Saúde – Bio-Manguinhos e dos programas desenvolvidos pela FIOCRUZ, em especial quanto ao monitoramento e controle dos planos de caráter plurianual e anual;

IV - recomendar a adoção das providências que julgar convenientes, com vistas a estruturação e ao funcionamento da FIOCRUZ;

V - pronunciar-se sobre a celebração de convênios, contratos, acordos e ajustes com entidades públicas, privadas, filantrópicas, nacionais, internacionais e estrangeiras quando envolver questões de natureza estratégica;

VI – pronunciar-se quanto à constituição de escritórios ou estruturas similares, de caráter não estatutário, em parceria ou não, no território nacional ou no exterior, visando a consecução de objetivos estratégicos em consonância com o desenvolvimento institucional;

VII - convocar novo processo para indicação do Presidente, no prazo de noventa dias, em caso de impedimento definitivo.

Parágrafo único. O Conselho Deliberativo será presidido pelo Presidente da FIOCRUZ e os critérios para seu funcionamento serão determinados no regimento interno da Fundação.

**Seção II**

**Dos Órgãos de Assistência Direta e Imediata ao Presidente**

**Art. 10** Ao Gabinete compete:

I - assistir ao Presidente em sua representação política e social;

II - articular-se com as demais áreas da FIOCRUZ; e

III - executar outras atividades que lhe forem cometidas pelo Presidente.

**Art. 11** À Diretoria Regional de Brasília compete planejar, coordenar, supervisionar e executar atividades relativas a:

I - representar a FIOCRUZ, nas suas áreas de competência, junto aos órgãos e instituições públicas do Poder Executivo e Legislativo e entidades privadas sediadas em Brasília;

II - estabelecer parcerias com instituições de ensino, pesquisa e saúde, articulando a rede de atuação da FIOCRUZ na Região Centro-Oeste do País;

III - prestar assessoria técnica nas áreas de expertise da FIOCRUZ, com ênfase no desenvolvimento de políticas voltadas para a ciência, tecnologia e informação em saúde;

IV - apoiar as ações de interiorização das atividades da FIOCRUZ na Região Centro-Oeste;

V - divulgar os produtos e serviços da FIOCRUZ em âmbito local, regional e nacional;

VI - assistir ao Presidente e demais autoridades da FIOCRUZ em Brasília; e

VII - prestar suporte gerencial e administrativo de interesse da FIOCRUZ.

**Art.12**. Ao Escritório da Fiocruz na África, órgão no exterior, compete:

I – fortalecer a atuação internacional da Fiocruz, em consonância com as políticas e prioridades do Estado Brasileiro;

II – apoiar as ações de cooperação do Ministério da Saúde com os países africanos;

III – contribuir para o desenvolvimento técnico-científico e de recursos humanos no campo da saúde nos países africanos;

IV – contribuir para o fortalecimento dos sistemas de saúde nos países africanos; e

V – identificar, promover e apoiar a cooperação técnico-científica e o desenvolvimento tecnológico em saúde com os países africanos;

**Art. 13**. À Procuradoria Federal, na qualidade de órgão executor da Procuradoria-Geral Federal, compete:

I - exercer atividades de consultoria e assessoramento jurídico no âmbito da FIOCRUZ, aplicando-se, no que couber, o disposto no art. 11 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993; e

II - apurar a liquidez e a certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às atividades da FIOCRUZ, inscrevendo-os em dívida ativa para fins de cobrança amigável ou judicial.

**Art. 14.** À Ouvidoria compete:

I - receber reclamações, denúncias, sugestões e elogios relacionados aos serviços prestados pela Fiocruz;

II - examinar e encaminhar às áreas competentes as manifestações dos cidadãos sobre o atendimento prestado pela Fiocruz;

III – propor, sempre que necessário, a adoção de medidas corretivas e preventivas, com o objetivo de elevar o grau de satisfação do usuário;

IV – atuar na promoção da cidadania e da gestão participativa, como instrumento de transformação e desenvolvimento institucional.

**Art. 15**. À Coordenadoria de Cooperação Social compete:

I - fomentar, acompanhar e articular os projetos sociais desenvolvidos pela Fiocruz;

II - induzir a produção, difusão e compartilhamento de conhecimentos e tecnologias sociais

**Art. 16.** Ao Centro de Estudos Estratégicos compete:

I – Prospectar, analisar e influenciar os cenários que podem impactar a trajetória da Fiocruz e do país, em especial no que tange às relações políticas, econômicas, sociais e culturais, que direta e indiretamente, incidem sobre as políticas de saúde, ciência & tecnologia e desenvolvimento.

II – Construir saber estratégico e aplicável de forma a produzir subsídios para a tomada de decisão do Presidente que induzam e potencializem ações da Fiocruz.

III – Construir parcerias com outras instituições com objetivos e atribuições análogos aos do centro de Estudos Estratégicos da Fiocruz.

**Art. 17**. Ao Canal Saúde compete pesquisar, planejar, coordenar, supervisionar, executar e avaliar as ações inerentes à produção e veiculação de audiovisuais em Saúde, Ciência e Tecnologia e Inovação, bem como:

I - Atuar na formulação de políticas de comunicação e informação em saúde, ciência e tecnologia nos âmbitos da Fiocruz, do Sistema Único de Saúde e junto a organismos e instituições nacionais, estrangeiras e internacionais;

II - Promover o debate público, a participação social e a divulgação de projetos e atividades de interesse para a Saúde, Ciência e Tecnologia e Inovação em Saúde;

**Art. 18**. À Editora compete prospectar, selecionar, avaliar e gerenciar conteúdos técnico-científicos com vistas à edição sob a forma de livro, bem como o planejamento, a execução, a supervisão, e a avaliação de adequados processos editoriais e de difusão de literatura em Saúde, Ciência e Tecnologia e Inovação, bem como:

I - Atuar na formulação de políticas editoriais, de comunicação e informação em saúde, ciência e tecnologia nos âmbitos da Fiocruz, do Sistema Único de Saúde e junto a entidades, organismos e instituições nacionais e internacionais, sejam estas acadêmicas e/ou da cadeia produtiva e distributiva do livro;

**Art. 19**. À Coordenação de Gestão Tecnológica compete planejar, coordenar, supervisionar e executar as ações inerentes às atividades de gestão da inovação no que diz respeito à:

I) Gestão da propriedade intelectual, informação tecnológica e transferência de tecnologia;

II) Coordenação e articulação dos núcleos de inovação tecnológica (NITs) da FIOCRUZ;

III) Promoção da proteção do patrimônio intelectual da FIOCRUZ;

IV) Promoção do estabelecimento de parcerias na sua área de competência;

V) Assessoramento à Presidência, bem como às demais unidades da Fiocruz, em questões concernentes à propriedade intelectual, informação tecnológica e transferência de tecnologia;

VI) Estimulo ao processo institucional de inovação e participação na elaboração de políticas públicas na sua área de competência.

Parágrafo 1o: As atividades definidas no caput poderão ser exercidas mediante constituição de estruturas ad hoc, nos termos da lei e aprovadas no âmbito do Conselho Deliberativo, conforme Art. 9oinciso VI.

**Art. 20**. À Coordenadoria de Comunicação Social compete elaborar e definir diretrizes e estratégias de comunicação, bem como divulgar o trabalho institucional e a produção científica da Fundação para o controle social com prestação de contas permanente à sociedade

I- Articular e acompanhar as assessorias e coordenações de comunicação das unidades visando a integração das ações;

II- Divulgar as ações institucionais por meio de assessoria de imprensa, produção jornalística e mídias sociais para o público externo;

III- Fortalecer a gestão participativa por meio da disseminação de informação institucional para o público interno;

IV- Zelar pela identidade visual da Fiocruz.

**Art. 21**. Ao Centro de Relações Internacionais em Saúde compete:

I – Incorporar, ampliar e aperfeiçoar procedimentos administrativos inerentes ao afastamento do país e orientação sobre passaportes e vistos; administração de acordos, convênios, protocolos e projetos internacionais e apoio a demanda e captação de recursos; registro e acompanhamento de estudantes e professores visitantes estrangeiros; e apoio à realização de fóruns, seminários e congressos internacionais promovidos pela instituição;

II - Planejar, orientar e coordenar as ações de escritórios (ou estruturas equivalentes) que a Fiocruz venha estabelecer em outros países;

III – Prestar assessoria política e técnica à Presidência da Fiocruz e apoio ao Ministério da Saúde, Ministério da Relações Exteriores e outras instituições, em assuntos relativos à saúde internacional e diplomacia da saúde, incluindo, especificamente apoio às atividades da Agência Brasileira de Cooperação (ABC/MRE) internacional na orientação sobre as demandas e projetos de cooperação internacional na área da saúde;

IV – Acompanhar a conjuntura internacional nas dimensões pertinentes e realizar estudos e pesquisas no campo da saúde global, relações internacionais e diplomacia da saúde, recomendando a adoção de políticas, programas e projetos institucionais;

V – Representar política e tecnicamente a instituição em fóruns internacionais, quando indicado pelo presidente da Fiocruz, e coordenar a realização de acordos, protocolos e projetos internacionais;

VI – Apoiar e articular as unidades técnico-científicas da Fiocruz no planejamento, implementação e avaliação de suas atividades de cooperação internacional em saúde.

**Art. 22.** À Coordenação da Qualidade Fiocruz compete:

I - coordenar o processo de formulação, implementação e execução da política da Qualidade na Fiocruz;

II- contribuir para a implantação e desenvolvimento de Sistema Local de Gestão da Qualidade nas Unidades da Fiocruz, de acordo com normas e regulamentos pertinentes, nacionais e internacionais;

III- coordenar ações que visem o aprimoramento do sistema de relacionamento com clientes na Fiocruz;

IV- promover e acompanhar a cooperação técnica nacional e internacional na área da Qualidade;

V- disseminar a cultura da excelência na Fiocruz;

VI-   desenvolver, Acompanhar e Disseminar a Gestão por Processos na Fiocruz;

VII -  representar a Fiocruz interna e externamente na área da Qualidade e Excelência em Gestão; e

VIII – manter Sistema de Análise Crítica do Sistema de Gestão da Qualidade – Fiocruz (SGQ), subsidiando a tomada de decisão pela alta Direção

**Seção III**

**Do Órgão Seccional**

**Art. 23**. À Auditoria Interna compete:

I - acompanhar e fiscalizar a gestão das políticas públicas a cargo da FIOCRUZ;

II - verificar a legalidade e avaliar os resultados da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da FIOCRUZ;

III - atuar de forma preventiva e concomitante, de modo a minimizar ou erradicar o cometimento de falhas e impropriedades na gestão da FIOCRUZ; e

IV - representar a FIOCRUZ junto aos órgãos de controle externo, bem como cooperar com eles no exercício de sua missão institucional.

**Seção IV**

**Das Unidades Técnico-Administrativas**

**Art. 24**. À Diretoria de Planejamento Estratégico compete planejar, coordenar, supervisionar e executar as ações inerentes às atividades de planejamento e de elaboração da proposta orçamentária, bem como:

I - coordenar ações nas áreas de desenvolvimento institucional e modernização administrativa;

II - promover e acompanhar a articulação inter-institucional da FIOCRUZ, envolvendo a cooperação técnica e financeira;

III - elaborar a programação física e orçamentária das atividades, acompanhar e avaliar sua execução; e

IV - realizar estudos no campo da gestão estratégica e fornecer subsídio ao processo decisório da FIOCRUZ.

**Art. 25**. À Diretoria de Administração, unidade integrante dos Sistemas de Serviços Gerais - SISG, de Administração Financeira Federal e de Contabilidade Federal, compete planejar, coordenar, supervisionar e executar as atividades relativas a:

I - operações comerciais nacionais e internacionais;

II - gestão econômica, financeira, contábil e dos bens móveis;

III - informações gerenciais na área administrativa; e

IV - suporte administrativo às unidades da FIOCRUZ.

**Art. 26**. À Diretoria de Recursos Humanos, unidade técnico-administrativa integrante do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal – SIPEC, compete planejar, coordenar, supervisionar e executar as atividades relativas a:

I - política de recrutamento, seleção, treinamento e avaliação de desempenho dos recursos humanos da Fiocruz;

II - política de desenvolvimento de recursos humanos da FIOCRUZ;

III - desenvolvimento de atividades inerentes à classificação de cargos e salários, benefícios, pagamento e controle de pessoal da FIOCRUZ;

IV - política de atenção à saúde do trabalhador da FIOCRUZ e das suas condições de trabalho;

V - informações gerenciais na área de recursos humanos da FIOCRUZ; e

**Art. 27**. À Diretoria de Administração do Campus compete planejar, coordenar, supervisionar e executar atividades relativas a:

I - obras e reformas da FIOCRUZ;

II - manutenção preventiva e corretiva de equipamentos;

III - funcionamento da infraestrutura da FIOCRUZ; e

IV - prestação de serviços de apoio operacional.

**Art. 28**. À Diretoria de Tecnologia da Informação compete planejar, coordenar, supervisionar e executar atividades inerentes à governança e gestão da tecnologia da informação, bem como:

I – gerenciar infraestrutura tecnológica;

II – implantar e prover suporte a sistemas de informação integradores;

IIII – construir arcabouço de conhecimentos, técnicas e padrões que propiciem a segurança das informações e comunicações;

IV – inovar em modelos empreendedores e gestão da incorporação tecnológica em TI

**Seção VI**

**Das Unidades Técnico-Científicas [[23]](#footnote-23)**

**Art. 29**. Ao Instituto Oswaldo Cruz compete planejar, coordenar, supervisionar e executar atividades no campo das doenças infecciosas e parasitárias, entre outras, relativas a:

I - realização de pesquisas científicas nas áreas biológica, biomédica, de medicina tropical e de saúde pública, bem como em outras áreas correlatas;

II - desenvolvimento do ensino e formação de recursos humanos em suas áreas de competência para o sistema de saúde e de ciência e tecnologia do País;

III - manutenção da frequência do periódico Memórias do Instituto Oswaldo Cruz, com vistas à publicação de artigos científicos de nível internacional;

IV - apoio técnico de referência aos laboratórios de saúde pública; e

V - assessoria técnico-científica ao Sistema Único de Saúde e colaboração com organizações nacionais e internacionais em sua área de atuação.

**Art. 30**. Ao Instituto Aggeu Magalhães compete planejar, coordenar, supervisionar e executar atividades no campo da filariose, da peste bubônica, cólera, epidemiologia ambiental, controle biológico de vetores, sistemas de informação georeferenciados, entre outras, relativas a:

I - realização de pesquisas científicas nas áreas biológica, biomédica, de doenças infecciosas e parasitárias, de medicina tropical e de saúde pública, bem como em outras áreas correlatas;

II - desenvolvimento do ensino e formação de recursos humanos em suas áreas de competência para o sistema de saúde e de ciência e tecnologia do País;

III - desenvolvimento de atividades para a melhoria da situação sócio-sanitária regional;

IV - apoio técnico de referência aos laboratórios de saúde pública; e

V - assessoria técnico-científica ao Sistema Único de Saúde e colaboração com organizações nacionais e internacionais em sua área de atuação;

**Art. 31**. Ao Instituto Gonçalo Moniz compete planejar, coordenar, supervisionar e executar atividades no campo da epidemiologia molecular, imunopatologia, protozoários, retro-vírus, doenças bacterianas e virais, anemia falciforme, câncer de colo do útero, mama e próstata, entre outras, relativas a:

I - realização de pesquisas científicas nas áreas biológica, biomédica, de doenças infecciosas e parasitárias, de medicina tropical e de saúde pública, bem como em outras áreas correlatas;

II - desenvolvimento do ensino e formação de recursos humanos em suas áreas de competência para o sistema de saúde e de ciência e tecnologia do País;

III - desenvolvimento de atividades para a melhoria da situação sócio-sanitária regional;

IV - apoio técnico de referência aos laboratórios de saúde pública; e

V - assessoria técnico-científica ao Sistema Único de Saúde e colaboração com organizações nacionais e internacionais em sua área de atuação.

VI – realização de desenvolvimento tecnológico e inovação orientado à cadeia de valor de inovação

**Art. 32**. Ao Instituto René Rachou compete planejar, coordenar, supervisionar e executar atividades no campo da esquistossomose, doença de chagas, leishmaniose, malária, helmintoses intestinais, doenças crônico-degenerativas, entre outras, relativas a:

I - realização de pesquisas científicas nas áreas biológica, biomédica, de doenças infecciosas e parasitárias, de medicina tropical e de saúde pública, bem como em outras áreas correlatas;

II - desenvolvimento do ensino e formação de recursos humanos em suas áreas de competência para o sistema de saúde e de ciência e tecnologia do País;

III - desenvolvimento de atividades para a melhoria da situação sócio-sanitária regional;

IV - apoio técnico de referência aos laboratórios de saúde pública; e

V - assessoria técnico-científica ao Sistema Único de Saúde e colaboração com organizações nacionais e internacionais em sua área de atuação.

**Art. 33.** Ao Instituto Leônidas e Maria Deane compete planejar, coordenar, supervisionar e executar atividades no campo da sócio e bio-diversidade da região amazônica, entre outras, relativas a:

I - realização de pesquisas científicas nas áreas da medicina tropical, da biologia pura e aplicada, da saúde pública e da sócio e bio-diversidade, bem como em outras ciências correlatas;

II - desenvolvimento do ensino e formação de recursos humanos em suas áreas de competência para o sistema de saúde e de ciência e tecnologia do País;

III - desenvolvimento de atividades para a melhoria da situação sócio-sanitária regional;

IV - apoio técnico de referência aos laboratórios de saúde pública; e

V - assessoria técnico-científica ao Sistema Único de Saúde e colaboração com organizações nacionais e internacionais em sua área de atuação;

**Art. 34**. À Casa de Oswaldo Cruz compete planejar, coordenar, supervisionar e executar atividades relativas a:

I - preservação e valorização da memória das ciências biomédicas e da saúde pública e do patrimônio arquitetônico da FIOCRUZ;

II - desenvolvimento de estudos e pesquisas relacionados à história da saúde, da ciência e da tecnologia, assim como a outros campos correlatos;

III - divulgação e educação em ciência, tecnologia e saúde;

IV - sistematização e disseminação de informações relativas a sua área de atuação; e

V - ensino e capacitação profissional em suas áreas de competência para o sistema de saúde e de ciência e tecnologia do País.

**Art. 35**. Ao Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde compete planejar, coordenar, supervisionar e executar atividades relativas a:

I - promoção e desenvolvimento de atividades de coleta, tratamento, análise, disseminação e preservação da informação científica e tecnológica em saúde;

II - desenvolvimento de sistemas integrados de informação em sua área de competência;

III - desenvolvimento de estudos e pesquisas e capacitação de profissionais em suas áreas de competência para o sistema de saúde e de ciência e tecnologia do País; e

IV - assessoria técnica às instâncias do Sistema Único de Saúde e demais instituições que atuam na área de informação e comunicação em saúde.

**Art. 36**. Ao Centro de Criação de Animais de Laboratório compete planejar, coordenar, supervisionar e executar atividades relativas a:

I - criação, produção e controle de qualidade de animais de laboratório em apoio às atividades finalísticas da FIOCRUZ;

II - capacitação de recursos humanos em suas áreas de competência para o sistema de saúde e de ciência e tecnologia do País;

III - desenvolvimento de pesquisas no campo da biotecnologia aplicada a animais de laboratório; e

IV - assessoria técnica às instituições com atuação na área do bioterismo.

**Art. 37**. À Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca[[24]](#footnote-24) compete planejar, coordenar, supervisionar e executar atividades relativas a:

I - capacitação de recursos humanos e ensino nas áreas de saúde coletiva, ciências biológicas, serviços e gestão em saúde, vigilância, prevenção e controle da tuberculose e de outras pneumopatias de interesse em saúde pública, bem como em outras áreas correlatas do campo da saúde, em suporte às necessidades do Sistema Único de Saúde e de ciência e tecnologia do País; [(Redação dada pelo Decreto nº 7.171, de 2010)](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7171.htm#art1)

II - realização de estudos e pesquisas científicas e tecnológicas nas suas áreas de atuação; [(Redação dada pelo Decreto nº 7.171, de 2010)](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7171.htm#art1)

III - prestação de serviços assistenciais especializados, apoiando o Sistema Único de Saúde em sua área programática; e

IV - assessoria técnica ao Sistema Único de Saúde e às instituições com atuação na área de saúde.

V - atuação, por meio do Centro de Referência Hélio Fraga, como laboratório de referência nacional de apoio ao diagnóstico e controle da tuberculose; [(Incluído pelo Decreto nº 7.171, de 2010)](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7171.htm#art1)

VI - coordenação, por meio do Centro de Referência Hélio Fraga, da produção e do fornecimento de insumos biológicos para o diagnóstico laboratorial em apoio às demandas da Rede Nacional de Laboratórios de Saúde Pública, em sua área de competência; e [(Incluído pelo Decreto nº 7.171, de 2010)](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7171.htm#art1)

VII - disseminação da produção do conhecimento técnico e científico para subsidiar as ações de vigilância em saúde. [(Incluído pelo Decreto nº 7.171, de 2010)](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7171.htm#art1)

**Art. 38**. À Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio compete planejar, coordenar, supervisionar e executar atividades relativas a:

I - capacitação de recursos humanos e ensino em nível técnico e profissionalizante nas áreas de saúde e de ciência e tecnologia, em suporte às necessidades do Sistema Único de Saúde;

II - realização de pesquisas científicas e tecnológicas nas áreas de educação e de saúde; e

III - assessoria técnica ao Sistema Único de Saúde e às instituições com atuação na área de saúde.

**Art. 39**. Ao Instituto de Tecnologia em Fármacos ~~de~~ (Farmanguinhos) compete planejar, coordenar, supervisionar e executar atividades relativas a:

I - produção de medicamentos e outros insumos para atender aos programas de saúde;

II - capacitação de profissionais em sua área de competência para o sistema de saúde e de ciência e tecnologia do País;

III - assessoramento técnico a instituições públicas e privadas em sua área de competência; e

IV - promoção de ações regulatórias em parceria com o Ministério da Saúde.

**Art. 40**. Ao Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde compete planejar, coordenar, supervisionar e executar atividades de:

I - controle da qualidade de produtos para consumo humano, compreendendo alimentos, medicamentos, sangue e hemoderivados, imunobiológicos, cosméticos, domissanitários, reativos para diagnóstico, equipamentos e artigos de saúde em geral;

II - estabelecimento de normas e metodologias de controle da qualidade para a rede de laboratórios do Sistema Único de Saúde;

III - capacitação de profissionais em sua área de competência para o sistema de saúde e de ciência e tecnologia do País;

IV - promoção de ações regulatórias em parceria com o órgão de vigilância sanitária; e

V - assessoria técnica, como unidade de referência, à rede nacional de laboratórios de controle de qualidade em saúde.

**Art. 41.** Ao Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente[[25]](#footnote-25) Fernandes Figueira (IFF) compete planejar, coordenar, supervisionar e executar atividades relativas a:

I - assistência de referência no âmbito da saúde da mulher, da criança e do adolescente, apoiando o Sistema Único de Saúde;

II - desenvolvimento de pesquisas nas áreas da saúde da mulher, da criança e do adolescente;

III - capacitação de recursos humanos e ensino em sua área de competência para o sistema de saúde e de ciência e tecnologia do País;

IV - avaliação, desenvolvimento e validação de novas tecnologias e modelos gerenciais de atenção à saúde; e

V - assessoria técnica, como unidade de referência, ao Sistema Único de Saúde e outras instituições afins.

**Art. 42**. Ao Instituto Nacional de Infectologia[[26]](#footnote-26) Evandro Chagas compete planejar, coordenar, supervisionar e executar atividades de:

I - desenvolvimento de pesquisas clínicas no campo das doenças infecciosas;

II - assistência de referência em sua área de competência, apoiando o Sistema Único de Saúde;

III - capacitação de recursos humanos e ensino em sua área de competência para o sistema de saúde e de ciência e tecnologia do País;

IV - avaliação, desenvolvimento e validação de novas tecnologias e modelos gerenciais de atenção à saúde; e

V - assessoria técnica, como unidade de referência, ao Sistema Único de Saúde e outras instituições afins.

**Art. 43**. Ao Instituto Carlos Chagas[[27]](#footnote-27) compete planejar, coordenar, supervisionar e executar atividades relativas a:

I - realização de pesquisas científicas nas áreas biológica, biomédica, de doenças infecciosas e parasitárias, de medicina tropical e de saúde pública, bem como em outras áreas correlatas;

II - desenvolvimento do ensino e formação de recursos humanos em suas áreas de competência para o sistema de saúde e de ciência e tecnologia do País;

III - desenvolvimento de atividades para a melhoria da situação sócio-sanitária regional;

IV - apoio técnico de referência aos laboratórios de saúde pública; e

V - assessoria técnico-científica ao Sistema Único de Saúde e colaboração com organizações nacionais e internacionais em sua área de atuação.

**CAPÍTULO VI**

**DAS ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES**

**Seção I**

**Do Presidente**

**Art. 44**. Ao Presidente incumbe:

I - dirigir a FIOCRUZ, em conformidade com este Estatuto, coordenando a formulação e a implementação das políticas institucionais, em consonância com as diretrizes do Conselho Superior, do Congresso Interno e do Conselho Deliberativo;

II - representar a FIOCRUZ em juízo ou fora dele, podendo constituir mandatários para este fim;

III - indicar os dirigentes das Unidades, na forma da legislação vigente;

IV - convocar e presidir o Conselho Deliberativo;

V – presidir o Conselho de Administração da Companhia Brasileira de Biotecnologia em Saúde – Bio-Manguinhos

VI - submeter o Plano de Objetivos e Metas à apreciação do Conselho Superior, após aprovação do Conselho Deliberativo;

VII - submeter o orçamento ao Conselho Superior, após aprovação do Conselho Deliberativo

VIII - aprovar normas regulamentares e praticar os demais atos pertinentes à estruturação e ao funcionamento da FIOCRUZ, ouvidos, no que couber, o Conselho Deliberativo e o Conselho Superior, de acordo com a legislação vigente;

IX- autorizar operações financeiras e o movimento de recursos, na forma da legislação vigente;

X - implementar a política de pessoal, segundo critérios fixados pelo Conselho Deliberativo, de acordo com a legislação vigente;

XI - celebrar convênios, contratos e acordos com entidades nacionais, internacionais e estrangeiras, ouvido, no que couber, o Conselho Deliberativo;

XII - praticar todos os atos pertinentes à administração orçamentária, financeira, contábil, de patrimônio, de material e de serviços gerais, na forma da legislação em vigor, e determinar auditorias e verificações periódicas nessas áreas; e

XIII - adotar outras medidas que lhe sejam atribuídas ou delegadas pela legislação ou ato superior.

Parágrafo único. Os critérios para a substituição dos dirigentes da FIOCRUZ serão indicados no seu regimento interno ou, no caso de omissão, designados pelo seu Presidente, em consonância com as orientações do Conselho Deliberativo, e assumirão, automática e cumulativamente, o exercício do cargo ou função de direção nos afastamentos ou impedimentos legais ou regulamentares do titular e na vacância do cargo.

**Seção II**

**Dos Vice-Presidentes**

**Art. 45**. Aos Vice-Presidentes incumbe:

I - representar o Presidente da FIOCRUZ ou, por designação deste, substituí-lo;

II - assessorar o Presidente na administração da FIOCRUZ; e

III - coordenar, implementar e avaliar programas horizontais de pesquisa, desenvolvimento tecnológico, ensino, serviços, produção, informação em saúde e desenvolvimento institucional.

IV – monitorar a execução das metas institucionais e rever programas horizontais.

**Seção III**

**Dos demais Dirigentes**

**Art. 46**. Ao Chefe de Gabinete, ao Procurador-Chefe, ao Auditor-Chefe, aos Diretores, e aos demais dirigentes incumbe planejar, dirigir, coordenar e orientar a execução das atividades das respectivas unidades e exercer outras atribuições que lhes forem cometidas em suas áreas de competência

**CAPÍTULO VII**

**DO PATRIMÔNIO E DA RECEITA**

**Art. 47**. O patrimônio da FIOCRUZ é constituído:

I - pelos bens móveis e imóveis adquiridos ou que vierem a ser adquiridos;

II - por doações, legados e auxílios, recebidos de pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, filantrópicos, nacionais, internacionais e estrangeiros; e

III - pelos demais bens e direitos que haja adquirido, produzido ou que venha a produzir.

**Art. 48.** Constituem receitas da FIOCRUZ:

I - dotações consignadas no Orçamento Geral da União;

II - receitas provenientes da exploração econômica dos seus bens e serviços, bem como de operações técnicas e financeiras que realizar;

III - receitas originárias de convênios, acordos, ajustes, contratos, doações, legados e auxílios;

IV - saldo de cada exercício financeiro;

V - resultados obtidos com alienações patrimoniais;

**CAPÍTULO VIII**

**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS**

**Art. 49**. Em caso de extinção da FIOCRUZ, seus bens e direitos reverterão ao patrimônio da União, devendo garantir-se a preservação do patrimônio histórico-científico e cultural.

**Art. 50**. As normas de organização e funcionamento das unidades integrantes da Estrutura Organizacional da FIOCRUZ serão estabelecidas em regimento interno, homologado por seu Presidente, após apreciação do Conselho Deliberativo.

**Art. 51**. Os casos omissos e as dúvidas suscitadas na aplicação do presente Estatuto serão dirimidos pelo Presidente da FIOCRUZ , **ad referendum** do Ministro de Estado da Saúde.

**7 - MODELOS PARA DEFINIÇÃO/AJUSTES DE COMPETÊNCIAS POR ÓRGÃO**

Há basicamente duas estruturas/formatos comumente utilizados pelos estatutos públicos para definição de competências a serem seguidas(os) pelas unidades, sejam elas meio ou fim. Na primeira objetiva-se a definição de competências a partir das funções dos gestores como a gestão da informação (ex. transmitir, comunicação, monitorar), gestão interpessoal (ex. articulação, liderança) e gestão decisional (ex. concepção, controle, execução, alocação de recursos). Essa forma é mais atinente aos órgãos de assistência direta ao presidente e seccional, conforme exemplifica-se abaixo:

Ao Gabinete compete:

I - assistir ao Presidente em sua representação política e social;

II - articular-se com as demais áreas da FIOCRUZ; e

III - executar outras atividades que lhe forem cometidas pelo Presidente.

Existe também a possibilidade de se trabalhar as competências consoante o ciclo de gestão que vai desde a análise, passa pelo planejamento, alinhamento, execução e culmina com o monitoramento e ajuste das atividades que desempenham. As unidades técnico-administrativas assim como as técnico-científicas via de regra utilizam esse formato no caput do artigo e além disso detalham suas atividades nos incisos tal como exemplificado abaixo:

Ao Instituto Oswaldo Cruz compete planejar, coordenar, supervisionar e executar atividades no campo das doenças infecciosas e parasitárias, entre outras, relativas a:

I - realização de pesquisas científicas nas áreas biológica, biomédica, de medicina tropical e de saúde pública, bem como em outras áreas correlatas;

II - desenvolvimento do ensino e formação de recursos humanos em suas áreas de competência para o sistema de saúde e de ciência e tecnologia do País;

III - manutenção da frequência do periódico Memórias do Instituto Oswaldo Cruz, com vistas à publicação de artigos científicos de nível internacional;

IV - apoio técnico de referência aos laboratórios de saúde pública; e

V - assessoria técnico-científica ao Sistema Único de Saúde e colaboração com organizações nacionais e internacionais em sua área de atuação.

O regimento constitui-se em detalhamento do estatuto no que couber e, portanto, precisa ser observado para apenas conter elementos que decorram do estatuto, não devendo gerar por exemplo novas estruturas organizacionais. Tal como o estatuto, o regimento deve seguir padrões para definição de competências de subestruturas ou subunidades basicamente consoante os dois modelos apresentados. Os regimentos das unidades devem ser avaliados e aprovados pelo CD Fiocruz a partir desses modelos para serem consolidados no regimento interno.

**8. PENDÊNCIAS DO VI CONGRESSO INTERNO -** As pendências do VI Congresso serão enviadas posteriormente.

1. **Cocriação**: forma de inovação que acontece quando entes externos à instituição associam-se às suas atividades ou produtos, agregando inovação de valor, conteúdo ou marketing, e recebendo em troca os benefícios de sua contribuição, através do acesso a produtos customizados ou da promoção de suas ideias. [↑](#footnote-ref-1)
2. **Responsividade:** capacidade de responder rapidamente e do modo mais adequado às situações apresentadas. [↑](#footnote-ref-2)
3. **Decreto 4725/2003:** publicado em 09 de junho de 2003, aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ, e dá outras providências. [↑](#footnote-ref-3)
4. **Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDPs)**: são parcerias que envolvem a cooperação mediante acordo entre instituições públicas e entre instituições públicas e entidades privadas para desenvolvimento, transferência e absorção de tecnologia, produção, capacitação produtiva e tecnológica do País em produtos estratégicos para atendimento às demandas do SUS. [↑](#footnote-ref-4)
5. **Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii):** organização social criada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), em parceria com a Confederação Nacional da Indústria (CNI), e com o apoio da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep). Tem como objetivo fomentar projetos de cooperação entre empresas nacionais e instituições de pesquisa e desenvolvimento para a geração de produtos e processos inovadores [↑](#footnote-ref-5)
6. **Instituto Fiocruz-Pasteur-USP**: parceria formalizada em junho de 2015, através de plataformas técnico-cientifica-educacionais, visando à futura constituição do Instituto Pasteur no Brasil. As plataformas, que vão funcionar como redes para o desenvolvimento de conhecimento, estarão localizadas no campus da USP, em São Paulo, e nos campi da Fiocruz no Brasil. A parceria prevê projetos com enfoque na interconexão entre doenças não crônicas, como câncer, diabetes e enfermidades neurodegenerativas, e doenças infecciosas, como mal de Chagas e malária. [↑](#footnote-ref-6)
7. **PLC 77/2015** (antigo PL 2177): dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação, nos termos da Emenda Constitucional nº 85, de 26 de fevereiro de 2015; e altera as Leis nºs 10.973, de 2 de dezembro de 2004, 6.815, de 19 de agosto de 1980, 8.666, de 21 de junho de 1993, 12.462, de 4 de agosto de 2011, 8.745, de 9 de dezembro de 1993, 8.958, de 20 de dezembro de 1994, 8.010, de 29 de março de 1990, 8.032, de 12 de abril de 1990, e 12.772, de 28 de dezembro de 2012. [↑](#footnote-ref-7)
8. **Emenda Constitucional (EC) 85/2015:** altera e adiciona dispositivos na Constituição Federal para atualizar o tratamento das atividades de ciência, tecnologia e inovação. [↑](#footnote-ref-8)
9. **4.1.4.1 Denominação das Unidades Técnico-Científicas (Plenária Extraordinária Estrutura Organizacional, V CI - 2007)** – “Como mecanismo para uniformizar a denominação das diversas posições das instâncias hierárquicas entre as unidades da Fiocruz, propõe-se que todas as Unidades Técnico-Científicas, atualmente denominadas como “Centros”, passem a ser designadas com a palavra “Instituto”: CPqAM, CPqGM, CPqLMD, CPqRR, CICT. [↑](#footnote-ref-9)
10. **Contrato de gestão**: os contratos de gestão passaram a ser celebrados com os próprios da Administração Direta, portanto, com entes sem personalidade jurídica própria; são os chamados centros de responsabilidade que se comprometem, por meio do contrato de gestão, a atingir determinados objetivos institucionais, fixados em consonância com programa de qualidade proposto pelo órgão interessado e aprovado pela autoridade competente, em troca, também, de maior autonomia de gestão.

    **Contratualização**: O contrato de gestão, constituído por metas físicas e por metas de qualidade acordadas previamente, cujo cumprimento é verificado na avaliação dos resultados pactuados, se constitui no instrumento formal da contratualização. [↑](#footnote-ref-10)
11. **Código de Ética do Servidor Público**: formalizado através do Decreto Presidencial Nº 1171, de 22 de junho de 1994, define as regras deontológicas, os deveres, as vedações e o estabelecimento de comissões de ética no âmbito do serviço público. [↑](#footnote-ref-11)
12. Decreto-lei nº 66.624, de 22 de maio de 1970. [↑](#footnote-ref-12)
13. O Instituto Nacional de Endemias Rurais era composto pelos Centros de Pesquisa René Rachou, em Minas Gerais; Aggeu Magalhães, em Pernambuco; Gonçalo Muniz, na Bahia. Com a incorporação do Instituto à nova fundação estes centros passaram a integrar a estrutura regionalizada da Fiocruz. [↑](#footnote-ref-13)
14. O Serviço de Produtos Profiláticos, antes ligado ao Departamento Nacional de Endemias Rurais, fundiu-se ao Departamento de Soros e Vacinas do Instituto Oswaldo Cruz, dando origem ao Instituto de produção de Medicamentos (Ipromed), mais tarde desmembrado em Farmanguinhos e Bio-Manguinhos. [↑](#footnote-ref-14)
15. Herdeiro do Instituto de Patologia Experimental do Norte (IPEN), o Instituto Evandro Chagas desligou-se da Fiocruz, em 1975, para se incorporar à FSESP e hoje integra a Fundação Nacional de Saúde. [↑](#footnote-ref-15)
16. O Instituto de Leprologia corresponde hoje ao Departamento de Hanseníase do Instituto Oswaldo Cruz. [↑](#footnote-ref-16)
17. **Agência Executiva de Estado**: instituto conferido à autarquia ou fundação pública, com a finalidade de promover a implementação de um modelo de administração gerencial, caracterizado por decisões e ações orientadas para resultados, tendo como foco as demandas e necessidades dos administrados, baseadas no planejamento permanente e executadas de forma descentralizada e transparente. [↑](#footnote-ref-17)
18. **PL 200/2015**: dispõe sobre princípios, diretrizes e regras para a condução de pesquisas clínicas em seres humanos por instituições públicas ou privadas. [↑](#footnote-ref-18)
19. PL 5402/2013: trata da revisão da lei de patentes (Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996) para limitar a duração do prazo das patentes, acrescentar objetos que não são considerados invenções, alterar o rigor dos critérios de patenteabilidade, criar o mecanismo de oposição contra pedidos de patentes, modificar o dispositivo sobre a anuência prévia da Anvisa, tratar da proteção de dados de testes farmacêuticos na forma de concorrência desleal, e instituir o mecanismo do uso público não comercial. [↑](#footnote-ref-19)
20. **Lei da Biodiversidade** (Lei Nº 13123/2015): regulamenta o acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado. Substitui medida provisória em vigor desde 2001, alvo de reclamações principalmente da indústria e da comunidade científica. [↑](#footnote-ref-20)
21. **Lei Nº 10973/2004/**Lei de Incentivo à Inovação/Lei do Bem: dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. Está organizada em torno de três eixos: a constituição de ambiente propício a parcerias estratégicas entre universidades, institutos tecnológicos e empresas; o estímulo à participação de institutos de ciência e tecnologia no processo de inovação; e o estímulo à inovação na empresa. [↑](#footnote-ref-21)
22. **Adhocracia:** termo utilizado na Teoria das Organizações, que estabelece modelos de gestão de empresas baseadas em projetos não-permanentes. É caracterizada pela utilização de grupos e equipes multidisciplinares, que cooperam entre si para o atingimento de um determinado objetivo. [↑](#footnote-ref-22)
23. **4.1.4.1 Denominação das Unidades Técnico-Científicas** (Plenária Extraordinária Estrutura Organizacional, V CI - 2007) – “Como mecanismo para uniformizar a denominação das diversas posições das instâncias hierárquicas entre as unidades da Fiocruz, propõe-se que todas as Unidades Técnico-Científicas, atualmente denominadas como “Centros”, passem a ser designadas com a palavra “Instituto” [↑](#footnote-ref-23)
24. Em 2003, com a morte do sanitarista Sergio Arouca, a ENSP passa a se chamar Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca. [↑](#footnote-ref-24)
25. Portarias GM/MS nº 4.159 e nº 4.160 de 2010 constituíram, no âmbito da Fiocruz:

    **Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira (IFF**); VI Congresso Interno – Macroprojeto - **Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente.** [↑](#footnote-ref-25)
26. Portarias GM/MS nº 4.159 e nº 4.160 de 2010 constituíram, no âmbito da Fiocruz: **e, Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas (INI)**. VI Congresso Interno – Macroprojeto - Instituto Nacional Infectologia. [↑](#footnote-ref-26)
27. **Instituto Carlos Chagas (ICC):** VI Congresso Interno. [↑](#footnote-ref-27)